

A INTERPRETAÇÃO PECEBISTA DO BRASIL

Deusdedith Junior*

RESUMO: Os pontos fundamentais para a abordagem da análise que o PCB fazia da sociedade brasileira entre os anos 1954 e 1960 são discutidos neste artigo. Não se pretende uma crítica definitiva, mas demonstrar como as idéias centrais dessa análise persistiram até recentemente, apesar de o Partido ter abandonado alguns de seus princípios. Especialmente o historiador Nelson Werneck Sodré, mesmo com algumas modificações, manteve a tese de feudalismo no Brasil, concepção decorrente das teses *pecebistas*. Documentos do PCB e análises críticas e a obra de Werneck Sodré foram as fontes utilizadas neste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista. Comunismo. Realidade brasileira.

INTRODUÇÃO

Neste texto, expomos alguns pontos que são fundamentais – pelos efeitos que provocaram e pelo fato de apresentarem-se constantemente – para uma abordagem da análise que fazia o PCB da sociedade brasileira entre os anos 1954 e 1960. Não pretendemos resolver de vez, como crítica a esta análise, todos os pontos conflitantes com aquela realidade brasileira de acordo com a de hoje. Desde a década de 60, este modelo é negado por diversas correntes marxistas. Por outro lado, ainda hoje, apesar de o Partido Comunista Brasileiro ter abandonado alguns princípios do marxismo que se consideravam fundamentais, é comum, principalmente no meio acadêmico, encontrar quem ainda defenda os principais pontos desta análise. É o caso do historiador Nelson Werneck Sodré, que persiste com a tese de feudalismo no Brasil, concepção decorrente das teses *pecebistas*, mesmo com algumas modificações.

As referências utilizadas neste texto são os documentos do PCB e de alguns dos partidos dele decorrentes, como é o caso do PCdoB. Para aquele partido, a obra de Edgard Carone, *O PCB*, em dois volumes, foi fundamental ao resgate de documentos elaborados ao

* Doutorando em História Cultural; mestre em História Política do Brasil; graduado em História; professor do curso de História do UniCEUB.

longo de sua história. A obra de Nelson Werneck Sodré, muito vasta, foi tomada como referência para análise do próprio autor, dando-se ênfase às suas obras mais recentes, com o intuito de constatar a permanência de suas teorias. Dois outros autores serviram de base para este estudo: Leandro Konder, que, na observação sobre intelectuais brasileiros e marxismo, destaca nomes ligados ao PCB, entre eles, Werneck Sodré, e Guido Mantega, que, em *Economia política brasileira*, apresenta os modelos de desenvolvimento econômico propostos em nossa história recente, destacando o ideal da “revolução democrático-burguesa” no modelo de desenvolvimento proposto pelo PCB.

O PCB NO CONTEXTO HISTÓRICO DE 1939 A 1960

Mesmo na clandestinidade e buscando reorganizar-se, o PCB não deixara de seguir a linha indicada pela Terceira Internacional Comunista, o Comintern, quando adotou, em 1939, a posição de neutralidade ante o fascismo em decorrência do acordo germano-russo de não-agressão. Em 1944, a partir da Operação Barbarocho – invasão alemã à União Soviética – o Partido é levado a um impasse quanto à posição que deveria tomar em relação ao governo brasileiro, haja vista a neutralidade, com outros matizes, adotada pelo governo Vargas, que imputava ao PCB a clandestinidade.

Três opiniões dividiram o Partido. A primeira, encabeçada por Fernando Lacerda, propunha dissolvê-lo e apoiar o povo e o governo na luta contra o fascismo. A segunda, surgida no grupo paulista, do qual fazia parte Caio Prado Júnior, indicava que o caminho era o da formação de uma “união nacional contra o inimigo externo” (CARONE, 1982, p. 2) que deveria combater o fascismo na Europa e no Brasil, pois aqui também era fascista o governo. A terceira e última opinião, majoritária e encabeçada pelo grupo de baianos e cariocas do qual faziam parte Maurício Grabois, Carlos Marighela e Giocondo Dias, ligados a Luis Carlos Prestes – que se encontrava preso – pela Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP, afirmava que o governo Vargas não era fascista e conclamava o “apoio irrestrito à política de guerra e ao governo que a realiza”. (CARONE, 1982, p. 3). Daí pode notar-se que as três posições não divergiam quanto ao combate ao fascismo, e, na II Conferência Nacional do PCB, que ficou conhecida como Conferência da Mantiqueira, de 1943, o grupo majoritário saiu vencedor.

O fim da Terceira Internacional (o Comintern) em 1943 e o fim da guerra em 1945, somados ao apoio dado ao governo Vargas, levaram, neste mesmo ano de 45, o PCB à legalidade, que foi, então, coroada pela nova Política de Coexistência Pacífica, herdada da posição soviética no pós-guerra. Isto, no entanto, não foi suficiente para desestimular as burguesias norte-americana e européia ao retorno à política do Cordão Sanitário e ao início da Guerra Fria, em 1946, o que levou o PCB à ilegalidade no ano seguinte, durante o governo Dutra.

Apesar de ter sido encerrada a Terceira Internacional, a análise da sociedade brasileira feita pelo PCB já se havia cristalizado em torno das “teses sobre a questão nacional e colonial” (BOTTOMORE, 1988, p. 198), e o abandono à política de coexistência pacífica, em 1948, fez com que o Partido retomasse a luta pela “revolução agrária e antiimperialista”. (CARONE, 1982, p. 7) que pressupunha a revolução burguesa como premissa básica para que se chegasse à revolução proletária. É nesse sentido que o PCB formaria a Frente Democrática de Libertação Nacional em apoio à candidatura Vargas nos pós-guerra, em 1950. Mas, logo em seguida, em 1951, as perseguições ao Partido levaram-no a uma postura oposicionista ao governo, denunciado como “instrumento do imperialismo”. (CARONE, 1982, p. 7).

Essa postura seria confirmada em 1953, no Novo Projeto de Programa do PCB, e em 1954, no IV Congresso do Partido. Nesse ano, porém, o suicídio de Vargas, atribuído aos desentendimentos com as pretensões norte-americanas, levou a certa aproximação política com os futuros seguidores de Vargas.

Mais tarde, o “Modelo Desenvolvimentista” (MANTEGA, 1991, p. 63), adotado por Juscelino Kubitschek a partir de 1955, seria analisado pelo PCB como avanço em direção à “Revolução Democrático-Burguesa” (MANTEGA, 1991, p. 158-209), devendo, portanto, ser apoiado. Para o PCB, que, nesse momento, apoiava o governo Kubitschek, por ver uma iniciativa que buscava a modernização da sociedade brasileira por intermédio do “desenvolvimentismo”, havia, no cenário do embate político brasileiro, o confronto entre as forças entreguistas, encabeçadas pelo latifúndio, e as forças progressistas e nacionalistas, formadas pela burguesia nacional. Nesse governo, segundo o PCB, as duas forças estavam presentes, e somente a mobilização nacional, composta pelas forças progressistas e os setores populares, poderia derrotar os inimigos “feudais-imperialistas”. (MANTEGA, 1991, p. 172). Essa nova realidade, associada à possibilidade de trabalho no nível legal e à improbabilidade de novo conflito mundial a curto prazo, levou o PCB a pregar a “transição pacífica para o socialismo”. (MANTEGA, 1991, p. 202).

Entre 1956 e 1958, além da tolerância política do governo Kubitschek, o XX Congresso do PCUS, onde Kruchev denunciou os “crimes de Stalin” (CARONE, 1982, p. 8), possibilitou ao PCB realizar a autocrítica e a “democratização” do Partido, sem, no entanto, mudar a sua análise para a sociedade brasileira, o que contribuiu para o apoio à candidatura Lott-Jango contra a candidatura Jânio-Milton Campos.

O que se pode notar no rápido apanhado de acontecimentos e análises que compreendem o período e o partido em questão é que, por mais que as conjunturas nacionais e internacionais sofressem significativas modificações, o PCB, em que pesem as divergências pontuais que se destacam no interior do partido, faz permanecer a análise da realidade brasileira capaz de apontar o programa do partido e alguns pontos que lhes são fundamentais, como inalterados ao longo do tempo. Desse modo, o caráter da revolução pretendida pelo partido, os seus meios e as relações desejadas entre os grupos sociais em questão parecem cristalizadas em um modelo que se anunciava mais real que a própria realidade. A maneira como o PCB analisa a conjuntura nacional brasileira compreende um conjunto de definições preestabelecidas de modo tal que não permite mais uma releitura do passado, condicionando, conseqüentemente, o seu presente e o futuro a um modelo absoluto, pronto e acabado.

Mas, essa não é uma exclusividade do PCB. A maneira de ler o real, na perspectiva socialista, compreende herança do modelo revolucionário russo, com forte visão eurocentrista da história. Há, portanto, depois de identificada a origem de tal modelo, que verificar o quanto os comunistas brasileiros se dispuseram à sua aplicação e esforçaram-se por tornar a nossa realidade cópia desse modelo, para que não concluamos que fora “soviética” a construção da realidade brasileira promovida pelo PCB.

Mais uma vez, alguns acontecimentos hão de conduzir-nos à construção de tal modelo. Note-se, porém, que ele é majoritário no partido, mas não se constitui em unanimidade. Tal fato, inclusive, explicará mais alguns afastamentos individuais que os fracionamentos sofridos pelo partido nos anos 60, haja vista o fato de ter permanecido nessas frações as mesmas teses decorrentes desse modelo.

A III INTERNACIONAL E AS “TESES SOBRE A QUESTÃO NACIONAL E COLONIAL”

Fundada em 1919 (e tendo durado até 1943), a III Internacional Comunista, também conhecida como Comintern, organizou-se na União Soviética após a vitória bolchevique, tendo sido decorrente do vácuo deixado pela desintegração da Segunda Internacional, fundada

logo no começo da Primeira Guerra Mundial. Contando com o clima de agitação política que envolvia a Europa, a palavra de ordem da Terceira Internacional, encabeçada por Lênin, era a do reconhecimento da ditadura do proletariado em lugar da democracia burguesa. Em torno de Moscou, o Comintern aglomerou a maioria dos partidos de esquerda ocidentais e orientais, exigindo-lhes condições de filiação severas, que visavam afastar os reformistas, mas que, em todo caso, assegurou a preponderância soviética sobre aquela organização.

Durante toda a década de 30, o Comintern, totalmente dominado pelo Partido Comunista da União Soviética, apoiou os expurgos efetuados por Stalin, forjados nas acusações de infidelidade ao comunismo pelos membros do PCUS e resultando na cassação e, até mesmo, no assassinato daqueles que lhes fizessem oposição. Foi também esta mesma Internacional que pela primeira vez preocupou-se com os países subdesenvolvidos. Em seu Segundo Congresso (1920), fez aprovar as “Teses sobre a questão nacional e colonial”, nas quais dava as orientações gerais para a Revolução Socialista nos “países coloniais e atrasados”, que, até às vésperas do ataque alemão à União Soviética (1941), condenavam a guerra como injusta e apontavam o apoio dos partidos de esquerda nos “países atrasados” às democracias burguesas como uma etapa a ser alcançada antes da Revolução Proletária. Note-se, antes de tudo, que os critérios utilizados para distinção entre as nações segue o padrão econômico e as relações entre metrópole e colônia como definidores do modelo revolucionário a ser adotado.

Enquanto durou o acordo germano-russo, entre 1939 e 1941, o Comintern não fazia diferença entre as democracias ocidentais e o fascismo. A entrada da União Soviética na guerra levou os partidos comunistas dos “países atrasados” a apoiar quaisquer governos que se opusessem ao Eixo. No caso brasileiro, o PCB foi levado a apoiar a guerra contra os países nazi-fascistas e, conseqüentemente, apoiou o rival governo Vargas, que combatia ao lado dos aliados. A justeza das teses adequava-se à realidade alterada sem sofrer um arranhão sequer. Não se deve procurar responder se os comunistas, diante da guerra, em sua fase de distanciamento, estavam certos ou errados, mas é útil notar que, entre uma e outra fase, não há qualquer mudança em suas teses que fosse capaz de apontar certo alheamento da realidade, pois a conjuntura forçava-os a aliar-se àqueles que outrora foram vistos como iguais aos fascistas.

A dissolução do Comintern ocorrera em 1943 “por proposta de seu *Presidium*, com o argumento de que as condições diferentes, sob as quais o movimento comunista internacional tinha de operar, tornavam sua direção impossível por um internacional”. Dessa forma, Stalin tranqüilizava os seus aliados ocidentais durante os tempos de guerra. No entanto, as “teses

para os países atrasados e subdesenvolvidos” sobrevivem, mesmo quando a conjuntura força os comunistas a atitudes contraditórias. Assim, para aqueles que foram considerados “países coloniais e semicoloniais” sobreviveu a análise geral que considera, nessas nações, a inexistência de relações capitalistas de produção, em que predominam as relações feudais ou semifeudais evidenciadas na preponderância do latifúndio e sua associação direta com as grandes potências imperialistas, cabendo, portanto, aos comunistas apoiar as burguesias locais em busca da instalação da etapa verdadeiramente capitalista nestes países, fundamental para a posterior Revolução Proletária.

Estão presentes algumas construções decorrentes do pensamento socialista fundamentado no marxismo, que, ao longo do século XX, constituiu-se em rígido modelo de compreensão da realidade social que buscava tornar-se válido por ser aparente a certos aspectos desta realidade, transformando-se em uma cartilha em que os contextos locais deveriam adotar conceitos gerais e imutáveis: a História mudaria sempre as personagens, sem nunca se alterar no enredo. Não cabe, na contestação da rigidez adquirida por este modelo, a acusação de que Marx promovera tal engessamento teórico, pois, como o autor de *O Capital* observava, “toda ciência seria supérflua se a aparência, a forma das coisas, fosse totalmente idêntica à sua natureza”. (MARX, 1985, p. 951). Esta forma de interpretação da realidade deve ser investigada, considerando mais o contexto do marxismo no século XX que as formulações teóricas de Karl Marx. Em nosso estudo, detivemo-nos na evidência da hipótese que formulamos, a de que o Partido Comunista Brasileiro esforçara-se na construção de uma análise da realidade brasileira fundada em postulados que contrariavam as teorias do socialismo científico, mas que eram adotadas por todos os partidos comunistas ligados ao socialismo soviético e à III Internacional.

Esta é, portanto, a análise que o PCB adotaria desde a sua fundação, em 1922, pois, nesse momento, tais teses já se encontravam formuladas, até fins da década de 70, quando o partido, ainda com referência no socialismo soviético, reconhece profundas mudanças na realidade social brasileira. Aprofundando-a e adaptando-a de acordo com as peculiaridades do nosso contexto, as teses pecebistas foram enriquecidas, principalmente, a partir do IV Congresso, em 1954, da Declaração de Março de 1958 e do V Congresso, em 1960 (BOTTOMORE, 1988, p. 198), o que justifica o balizamento temporal que adotamos para este estudo.

A ANÁLISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA, SEGUNDO O PCB

“O caráter da revolução em sua atual etapa” (CARONE, 1982, p. 98), para o PCB em seu IV Congresso, realizado entre dezembro de 1954 e janeiro de 1955, deverá ser “democrático de libertação nacional” e realizar-se-á pela união do povo, dos comunistas e da “burguesia brasileira”, representantes das “forças revolucionárias antifeudais e antiimperialistas” (CARONE, 1982, p. 103). O PCB do IV Congresso, no entanto, e mais profundamente que em suas análises anteriores, evidencia que a “burguesia brasileira” já não é mais a mesma. Ela encontra-se dividida em dois grupos distintos. Um de capitalistas ligados aos latifundiários e, conseqüentemente, aos imperialistas, e outro denominado “burguesia nacional”, ligado diretamente aos interesses de desenvolvimento da indústria nacional. Assim, a Revolução Democrática Burguesa terá de, com o seu advento, separar o joio do trigo e garantir que não sejam “confiscados os capitais e as empresas da burguesia brasileira” para garantir a liberdade de iniciativa industrial e do comércio internos. O desenvolvimento das relações capitalistas de produção significaria, “fatalmente”, a progressiva aproximação do socialismo à sociedade brasileira.

O regime político e o governo por que luta o PCB, levando em consideração a análise que faz da sociedade brasileira, são, respectivamente, o “regime democrático popular”, que será “uma ditadura das forças antifeudais e antiimperialistas”, e o governo dos latifundiários e grandes capitalistas será substituído “pelo governo democrático de libertação nacional” (CARONE, 1982, p. 105). Mesmo aprofundando sua análise e melhor identificando a presença de uma “burguesia brasileira”, parte dela traidora e outra parte “nacionalista” e “revolucionária”, o PCB não abandonou alguns elementos que foram fundamentais para a caracterização de suas posições e ações políticas.

Assim, a presença de uma classe burguesa no Brasil não os impedia de afirmar que predominavam relações feudais e semi-escravistas de produção associadas com a “opressão imperialista”, notadamente norte-americana. Tal idéia parte do princípio etapista da revolução socialista: na medida em que não houve, no Brasil, uma revolução burguesa – considera o PCB –, por mais que haja uma burguesia, não se pode considerá-la uma nação onde predomine o modo de produção capitalista. Seguindo este raciocínio, o advento da revolução proletária deveria ser precedido da não-realizada revolução democrático-burguesa, que somente seria vitoriosa “sob a direção da classe operária e do seu Partido Comunista” (CARONE, 1982, p. 119). Mesmo assim, o combate ao que era considerado semifeudal, representado pelo latifúndio, e semicolonial, como o imperialismo norte-americano, exigia o esforço de unir-se à burguesia nacional e a outros países imperialistas se fosse necessário.

Estas características da sociedade brasileira apresentadas pelo PCB em 1954 e 1955 produzem implicações históricas internas e externas observadas pelo partido. O governo de Café Filho, empossado em agosto de 1954, “é o representante da minoria reacionária que domina o país”, na qual se encontram, além de “restos” feudais, a facção entreguista da burguesia brasileira associada aos imperialistas.

Desse modo, o governo Vargas (1951/1954), que tinha sido veementemente combatido, passa, após o golpe que culminou em seu suicídio, a ser visto de forma complacente pelo PCB, o que se estenderá, mais tarde, aos governos populistas, representantes do “avanço” capitalista no país. Externamente, o sistema capitalista é apontado pelo partido como algo que pertence ao caráter etapista da própria História, pois que os marxistas defensores dessa corrente de pensamento demonstram que a história dos seres humanos segue uma seqüência marcada por modos de produção (comunista-primitivo, escravista, feudal, capitalista e, no futuro, comunista) que não aceita alterações, sob pena de dificultar certo “caminho natural” da História.

Apesar da dissolução da Terceira Internacional em 1943, a sua importância para a análise da sociedade brasileira feita pelo PCB sobrevive até o final da década de 70 nos documentos do partido. (MANTEGA, 1991, p. 167). Nesta análise, como já evidenciamos, os países coloniais e semicoloniais ainda não passaram pela etapa capitalista de produção, precisando, então, os comunistas destas nações, para realizar a revolução burguesa e voltar suas forças para o seu objetivo maior, a implantação da ditadura do proletariado. Essa análise pertence às Teses da Comissão Nacional e Colonial, aprovadas no Segundo Congresso da Terceira Internacional, em 1920, e é fruto do casamento das propostas de Lênin e as ponderações de M. N. Roy (MANTEGA, 1991, p. 159-160), representante da Índia neste Congresso.

Desde a sua fundação, em 1922, o PCB mantém-se filiado ao Comintern, aderindo às teses citadas para a análise da sociedade brasileira e a fundamentação dos conceitos adotados para a identificação das classes sociais. Mantendo-as de forma genérica e superficial, é somente a partir do IV Congresso (1954) que partirá destas teses para uma análise mais aprofundada e sistemática dos principais aspectos da sociedade brasileira. O Brasil será adaptado aos conceitos formulados nessas teses (e não o contrário!), e os comunistas terão o duplo esforço de realizar, primeiro, a revolução capitalista e, depois de evidenciadas as condições necessárias, dar início ao processo da revolução socialista.

Na sociedade brasileira desenhada pelo IV Congresso, a burguesia está dividida entre os entreguistas e os nacionalistas. Como há uma burguesia no Brasil, há, conseqüentemente,

um proletariado, e este, por natureza (e independente das condições dadas pela realidade social) é revolucionário. Além destas classes sociais, há os latifundiários que representam os restos feudais do país e estão ligados – já que são agro-exportadores – aos grandes imperialistas, especialmente os norte-americanos. As camadas médias da população estão situadas nas cidades e são formadas pelos “artesãos, empregados, pequenos comerciantes e industriais, intelectualidade e funcionalismo público, em processo de pauperização” (CARONE, 1982, p. 127). Por fim, os camponeses, de fundamental importância para o rompimento com os restos feudais, são divididos entre “os assalariados agrícolas, os camponeses pobres, os camponeses médios e [...] os camponeses ricos”. São todos caros aos propósitos da revolução, não devendo ser confundidos – inclusive os últimos – com os latifundiários. Apesar de considerar os latifundiários senhores feudais, a análise feita pelo PCB em seu IV Congresso não apresenta, entre os camponeses, aqueles que vivem sob as relações servis de produção nestes “latifúndios medievais”.

O modelo desenvolvimentista de Kubitschek, entre 1955 e 1960, representa aos comunistas brasileiros um largo passo a caminho da revolução burguesa. Ainda há, neste momento, segundo eles, a presença de latifundiários retrógrados no Estado, mas, a cada dia, a burguesia “revolucionária” ganha forças e espaços para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Portanto, a “velha estrutura econômica” foi substituída progressivamente por uma nova e mais desenvolvida: “o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Isso se processa por meio de contradições e avanços, mas é a tendência que abre caminhos e fortalece-se”. (CARONE, 1982, p. 178).

Em março de 1958, o PCB traz a público o documento que ficou conhecido como a Declaração de Março, em que se aprofunda a análise da realidade brasileira apresentada. São os anos da autocrítica e “redemocratização” do partido, consequências do XX Congresso do PCUS, em que Kruchev denunciou os “crimes de Stalin”. Tal autocrítica busca principalmente aprofundar a análise da sociedade brasileira, reconhecida pelo partido até então como “dogmática” e “sectária”.

A complexidade da sociedade brasileira na Declaração de Março, no entanto, não nega os fundamentos teóricos remanescentes da Terceira Internacional e suas teses para os países subdesenvolvidos. É importante notar também que estes são os anos da Guerra Fria, no entanto o PCB insistia em uma aliança com a burguesia e – a partir de então – no “caminho pacífico” para a realização do socialismo. O caráter etapista da revolução é o ingrediente principal para a sustentação destas teses.

Guido Mantega apresenta, resumidamente, as inovações da Declaração de Março de 1958: a) o reconhecimento do desenvolvimento capitalista local, baseado na industrialização, com o fortalecimento da burguesia nacional e a necessidade de sua inclusão na frente revolucionária com papel de destaque; b) o apoio à ala nacionalista do governo Kubitschek, que representaria os interesses progressistas do país; c) a substituição da luta armada pela via pacífica para o socialismo, com atuação preferencialmente na legalidade democrática e constitucional. (MANTEGA, 1991, p. 167). Como o âmago destas teses preserva a visão que o PCB tem da realidade brasileira em seu atual estágio, tais modificações tentam ajustar a sociedade às características previamente estabelecidas, e não o contrário. Até 1978, poucas modificações apresentar-se-ão a esta análise.

O V Congresso do PCB, realizado em outubro de 1960, antes de tudo, ratifica as principais teses estabelecidas para a análise da sociedade brasileira. A atual etapa da revolução no Brasil continua antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Disso decorre que a luta pelo socialismo não pode ser direta e imediata. Assim, as principais contradições da sociedade brasileira para o PCB estão entre os capitalistas nacionais e os capitalistas estrangeiros e entre os capitalistas nacionais e os grandes latifundiários improdutivos e associados aos imperialistas. O seguinte parágrafo condensa, nas teses do V Congresso, a análise que faz o PCB das contradições sociais no Brasil:

Em sua atual etapa histórica, a sociedade brasileira deve superar duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos, exigindo, como solução radical, a completa emancipação nacional. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre latifundiários e as massas camponesas, exigindo, como solução radical, uma reforma agrária de tipo camponês. (CARONE, 1982, p. 231).

Na insistência de ajustar a sociedade às suas teses, o PCB, apesar de subdividir a “burguesia nacional” em classificações que vão de “associada” e “reacionária” a “progressista” e “revolucionária”, atribui aos burgueses que se encaixam nesta última classificação a característica de “aliado” dos proletários e camponeses que também almejam realizar a revolução democrático-burguesa, já que esta é a única saída para o seu desenvolvimento e de toda a nação. O capitalismo recém-nascido no Brasil é que dá tais condições: se o capitalismo, na arena internacional, é um sistema em acelerada decadência, no Brasil, entretanto, o desenvolvimento capitalista tem, por enquanto, caráter progressista. (CARONE, 1982, p. 232).

Nas teses do V Congresso, portanto, o objetivo da “revolução nacional e democrática” visa instaurar “um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado”. É de notar-se que, sob tal estágio de desenvolvimento da nação, onde o caráter revolucionário é burguês, fica difícil crer que a “burguesia revolucionária” confiaria ao proletariado a direção de tal revolução, tendo ela própria participado de tais transformações, ou que o proletariado desta recém-nascida “nação capitalista” teria condições de realizar e dirigir a revolução democrático-burguesa. Cabe ressaltar que este tipo de questionamento somente reforçaria as teses pecebistas, pois a principal contradição que apresentam está no fato de propor que classes antagônicas realizem esforço conjunto direcionado ao benefício de somente uma delas.

A década de 60 no Brasil irá negar, em vários momentos, estas teses. O trotskismo da IV Internacional e as idéias da vertente marxista norte-americana, da qual faziam parte Paul Baran e Paul Sweezy, encontram abrigo em trabalhos acadêmicos de brasileiros, como Caio Prado Júnior e Rui Mauro Marini, em que se nega o modelo analítico proposto pelo PCB. Somem-se a isso as repercussões da revolução cubana e as dissidências internas do PCB. Entre essas dissidências, uma, em 1962, retoma o antigo nome do partido, PCdoB e, apesar de não negar, pelo menos na íntegra, o modelo pecebista, aproxima-se das teses maoístas, passando a descartar o “caminho pacífico” para o socialismo, buscando a luta armada como o novo rumo da transformação socialista.

Os erros da análise pecebista irão desencadear uma sucessão de novas avaliações deturpadas. Entre elas, o golpe de 1964 irá representar um recurso no desenvolvimento capitalista do país promovido: a) pela associação da grande burguesia nacional aos latifundiários semifeudais e aos imperialistas; b) pela pressa que tiveram os setores médios em realizar reformas que o atual estágio da revolução nacional não tinha condições de absorver. Enfim, as contradições do Modelo Democrático-Burguês no qual o PCB faz sua análise da sociedade brasileira constituem-se no fato de haver uma avaliação incorreta do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção do Brasil. Guido Mantega ressalta que:

Tidas como fundamentalmente pré-capitalista, quando já vigorava a acumulação de capital em escala alargada, de modo a comprometer sua visão da situação das classes sociais brasileiras, a deturpar os interesses político-econômicos destas e escamotear suas principais contradições e antagonismos. Esse equívoco originou-se numa concepção evolucionista da história, onde esta foi concebida como uma sucessão quase linear de estágios ou modos de produção, impulsionados fundamentalmente pelo

desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, o caminho para o socialismo torna-se uma estrada de mão única, com várias etapas a percorrer, passando, inevitavelmente, pelo capitalismo em sua forma clássica. Como no Brasil não houvera ainda, no entender dessa corrente de pensamento, um capitalismo plenamente implantado, cabia implementá-lo, uma vez que deveria tratar-se de uma sociedade feudal ou pré-capitalista. Perdia-se, assim, a especificidade de um capitalismo atrasado e dependente, que emergia no quadro de um sistema capitalista mundial em estágio avançado e que, por isso, não se parecia com os casos clássicos de desenvolvimento capitalista, certamente tomados como paradigmas. Em função disso, apoiava-se e reforçava-se o capitalismo, ao invés de criticá-lo e combatê-lo. (MANTEGA, 1991, p. 209).

NELSON WERNECK SODRÉ E AS TESES DO FEUDALISMO NO BRASIL

Segundo Leandro Konder, o que mais lhe impressiona em Nelson Werneck Sodré é o fato de ele manter-se “renitente defensor da tese de um feudalismo brasileiro”. (KONDER, 1991). Isso se mostra até em seus últimos escritos, como em *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, publicado em 1990.

De acordo com seu livro *Formação histórica do Brasil*, de 1962, Nelson Werneck “mostra-se inabalavelmente convencido de que o monopólio da terra (o latifúndio feudal) constitui a base de um ‘feudalismo não codificado’, do qual se beneficiam as oligarquias provinciais e estaduais, controladoras do poder político.” Apesar de o Brasil não seguir a mesma linha do modelo europeu-ocidental, para Nelson Werneck é evidente que o Brasil passou pelas etapas escravistas e feudais de produção até chegar à fase atual, capitalista, com resquícios de feudalismos mal resolvidos.

O envolvimento de Nelson Werneck, com o ISEB, nos anos JK, é justificável na medida em que o modelo desenvolvimentista representava aos comunistas o caminho para a revolução burguesa que deveria anteceder o socialismo. As formulações teóricas de Nelson Werneck estão vinculadas aos rumos que o marxismo tomou a partir da Terceira Internacional Comunista e suas teses para os países subdesenvolvidos.

Fiel a essas teses, Nelson Werneck Sodré sobreviveu tanto ao golpe de 1964, quando, mesmo perseguido, continuou a sua produção literária, quanto às críticas marxistas que não admitiam as suas teorias, classificando-as de “ficção arbitrária” – é o que faz Jacob Gorender em *O escravismo brasileiro*. Sua resistência durante os anos da ditadura foi tal que “Nelson foi visto, então, muitas vezes, como o principal símbolo do pensamento corporificado no Partido Comunista Brasileiro”. (KONDER, 1991, p.105).

CONCLUSÃO

Durante as décadas de 50 e 60, o pensamento marxista começa, em nível mundial, a sofrer transformações cada vez mais rápidas e profundas, capazes de torná-lo, hoje, irreconciliável com aqueles tempos. O desmoronar do stalinismo, ainda na década de 50, o modelo chinês de revolução socialista, a influência trotskista da IV Internacional, a Revolução Cubana e o guevarismo levando o processo revolucionário à via armada do foquismo, tudo isso contribuiu para que, a partir destas décadas, o pensamento e a ação marxistas fossem uma sucessão de reavaliações e autocríticas.

Este aspecto dinâmico é posto em contraponto pela permanência do que se convencionou chamar de marxismo-leninismo e stalinismo. No decorrer deste século, a experiência do socialismo real soviético foi sempre a principal referência, ou de um modelo a ser reproduzido, fotograficamente, como diz Gorender, ou de um exemplo a ser recusado por motivos que variam de acordo com a “corrente” que o analisa. Os que se pautam por seguir o modelo soviético – e em muitos casos os que recusam – acabam por inserir as características sociais do Brasil em modelos analíticos previamente estabelecidos, fugindo, assim, ao emprego do método dialético ou, então, empregando-o de modo mecanicista, o que faz com que tais análises acabem por coincidir com as propostas autoritárias das elites brasileiras.

Deste modo, os pecebistas, em suas teses, estabelecerão que o caminho da revolução socialista deveria passar, primeiro, pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção, pois o Brasil, até aquele momento (os anos 50 e 60), vivia, predominantemente, num modo de produção feudal com características próprias, e o pouco desenvolvimento capitalista, se não estivesse ligado ao serviço do capital estrangeiro, era incipiente e incapaz de conduzir sozinho a Revolução Democrático-Burguesa.

No que se refere ao predomínio dos setores agroexportadores, os grandes latifundiários, segundo análises feitas pelo PCB no período, Guido Mantega, em *A economia política brasileira*, não considera que o setor industrial tenha sido prejudicado ou que fosse incapaz, por mais que “no início da industrialização, a política cambial brasileira efetivamente pedia para a desvalorização do cruzeiro, garantindo a renda dos exportadores”. Neste caso, a “falta de barreiras alfandegárias mais efetivas, tornava-se um ótimo instrumento protecionista, uma vez que encarecia as mercadorias estrangeiras que representavam, na época, forte ameaça para a jovem indústria local”. (MANTEGA, 1991, p. 184).

THE INTERPRETATION OF THE COMMUNIST PARTY IN BRAZIL

ABSTRACT: The essential points to the approach of the analysis made by PCB of the Brazilian society between 1954 and 1960 are discussed in this article. It does not intend to do a definitive criticism, but to show how the central ideas of this analysis persist until recently, the party has abandoned some of its principles though. Especially the well known historian Nelson Werneck Sodre, even with some changes, kept the thesis of feudalism in Brazil, a current conception of the communist thesis. Documents from the communist party and critical analysis as well as Nelson Werneck Sodre's work were the sources used in this article.

KEY WORDS: Communist Party. Communism. Brazilian reality.

REFERÊNCIAS

BOTTMORE, Thomas. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARONE, Edgard. *O PCB - 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel, 1985. v. III.

SODRÉ, Nelson. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.